

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/12/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	55
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	397.507
Preferenciais	0
Total	397.507
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	954.908	888.202
1.01	Ativo Circulante	138.455	121.456
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.586	1.978
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.928	3.975
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.928	3.975
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	7.928	3.975
1.01.03	Contas a Receber	107.333	93.394
1.01.03.01	Clientes	107.333	93.394
1.01.03.01.01	Contas a Receber e Fornec. a Faturar	128.013	112.438
1.01.03.01.02	Provisão Para Perdas (Lei 9.430/96)	-16.859	-15.309
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-3.821	-3.735
1.01.04	Estoques	11.371	10.190
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.001	5.142
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.001	5.142
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.176	6.716
1.01.07.01	Antecipações Salariais	7.573	6.195
1.01.07.02	Despesas Antecipadas	603	521
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	60	61
1.01.08.03	Outros	60	61
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	60	61
1.02	Ativo Não Circulante	816.453	766.746
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.225	41.366
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.323	6.786
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.323	6.786
1.02.01.03	Contas a Receber	11.779	21.905
1.02.01.03.01	Clientes	11.779	21.905
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.621	2.143
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.621	2.143
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.502	10.532
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.656	6.245
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a Compensar	4.285	4.045
1.02.01.09.05	FGTS não Optantes	0	238
1.02.01.09.06	Despesas Antecipadas	561	4
1.02.02	Investimentos	230	238
1.02.02.01	Participações Societárias	230	238
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	230	238
1.02.03	Imobilizado	762.711	702.340
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	533.562	531.253
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	51.846	56.064
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	177.303	115.023
1.02.04	Intangível	23.287	22.802
1.02.04.01	Intangíveis	23.287	22.802

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	954.908	888.202
2.01	Passivo Circulante	155.354	102.960
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.740	26.803
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.783	6.164
2.01.01.01.01	INSS	5.207	4.744
2.01.01.01.02	FGTS	1.576	1.420
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.957	20.639
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados	189	122
2.01.01.02.02	Férias	23.768	20.517
2.01.02	Fornecedores	31.727	19.302
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.727	19.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.103	17.964
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.211	17.200
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.756	5.621
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	3.864	3.338
2.01.03.01.03	Cofins	5.810	6.304
2.01.03.01.04	Pasep	1.261	1.368
2.01.03.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelados	334	415
2.01.03.01.06	Cofins S/ Terceiros	120	99
2.01.03.01.07	Pis S/ Terceiros	26	22
2.01.03.01.08	Contribuição Social S/ Terceiros	40	33
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	892	764
2.01.03.03.02	FUNDAP	468	447
2.01.03.03.03	ISS S/ Terceiros	424	317
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.385	22.865
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.922	21.552
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.922	21.552
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.463	1.313
2.01.05	Outras Obrigações	14.451	8.704
2.01.05.02	Outros	14.451	8.704
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.528	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	172	0
2.01.05.02.04	Títulos a Pagar - Irmandade	946	1.354
2.01.05.02.05	Adiantamento de Receita	907	220
2.01.05.02.06	Consignados a Recolher	1.496	1.182
2.01.05.02.07	Cauções e Valores em Garantia	546	136
2.01.05.02.08	Retenções Processos Trabalhistas	457	537
2.01.05.02.09	Fundo de Arrecadação Auxílio Deficiente	322	282
2.01.05.02.10	Subvenções Governamentais	4.765	4.653
2.01.05.02.11	Outras Contas a Pagar	312	340
2.01.06	Provisões	19.948	7.322
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.948	7.322
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	19.948	7.322
2.02	Passivo Não Circulante	387.038	386.331
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	203.556	227.433

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	148.638	171.052
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	148.638	171.052
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	54.918	56.381
2.02.02	Outras Obrigações	6.148	11.833
2.02.02.02	Outros	6.148	11.833
2.02.02.02.03	Títulos a Pagar	5.831	9.704
2.02.02.02.04	Tributos parcelados	0	1.537
2.02.02.02.06	Depósitos Judicial - Autuação INSS	317	354
2.02.02.02.07	FGTS não Optantes	0	238
2.02.04	Provisões	17.234	27.768
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.234	27.768
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.093	2.440
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	13.033	23.551
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.108	806
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	160.100	119.297
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	160.100	119.297
2.02.06.03.01	Subvenções Governamentais	160.100	119.297
2.03	Patrimônio Líquido	412.516	398.911
2.03.01	Capital Social Realizado	397.507	355.983
2.03.02	Reservas de Capital	4.458	4.507
2.03.02.07	Correção Monetária Especial	1.680	1.729
2.03.02.08	Doações e Subvenções	2.778	2.778
2.03.04	Reservas de Lucros	10.551	41.477
2.03.04.01	Reserva Legal	515	2.922
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.791	35.514
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	4.945	3.041
2.03.04.10	Juros Sobre o Capital Próprio a pagar	-4.700	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-3.056

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/12/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	539.559	495.564
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-333.386	-312.932
3.03	Resultado Bruto	206.173	182.632
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.021	-81.889
3.04.01	Despesas com Vendas	-49.125	-52.668
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-131.675	-98.996
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.036	69.859
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-257	-84
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.152	100.743
3.06	Resultado Financeiro	-20.958	-33.602
3.06.01	Receitas Financeiras	14.784	16.217
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.742	-49.819
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.194	67.141
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.887	-8.721
3.08.01	Corrente	-1.365	-3.698
3.08.02	Diferido	-522	-5.023
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.307	58.420
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.307	58.420
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04729	0,17112
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04729	0,17112

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/12/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	18.307	58.420
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.307	58.420

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/12/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.960	80.133
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	101.980	150.536
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	20.194	67.141
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	42.095	38.032
6.01.01.03	Custos das baixas do ativo permanente	258	86
6.01.01.04	Provisão perdas realização de créditos	7.645	6.861
6.01.01.05	Provisão créditos liquidação duvidosa	86	-2.292
6.01.01.06	IR e CSLL diferidos, líquidos	522	5.023
6.01.01.07	IR e CSLL ajustados	0	-3.056
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	27.442	29.481
6.01.01.09	Encargos Financeiros antecipados	1.140	6.158
6.01.01.10	Juros s/tributos parcelados-Longo Prazo	26	190
6.01.01.11	Variações monetárias s/financiamentos	2.588	4.453
6.01.01.12	Provisões para contingências	-16	-1.541
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.020	-70.403
6.01.02.01	Contas receber e fornecimentos a faturar	-11.542	9.039
6.01.02.02	Estoques	-1.181	-195
6.01.02.03	Contas a pagar fornecedores	8.144	-6.665
6.01.02.04	Contas a pagar empregados	6.876	-29.750
6.01.02.05	Receitas (Despesas) antecipadas	48	-1.001
6.01.02.06	Juros pagos	-25.418	-33.828
6.01.02.07	Pagto./Restituição de IRPJ ou CSLL	-1.410	-7.488
6.01.02.08	Depósitos vinculados	-537	-515
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-103.201	-55.988
6.02.02	Compra de ativo imobilizado	-103.201	-55.988
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.802	-43.711
6.03.01	Financiamentos obtidos	17.904	36.588
6.03.03	Pagamento de dividendos	0	-19.999
6.03.04	Amortização e financiamentos	-25.123	-73.219
6.03.05	Pagamento arrendamentos financeiros	-3.894	-3.310
6.03.07	Subvenções Governamentais	40.915	16.229
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.561	-19.566
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.953	25.519
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.514	5.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.307	0	18.307
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.307	0	18.307
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	41.524	-49	-30.926	-15.251	0	-4.702
5.06.04	Incentivos Governamentais	0	0	4.945	-4.945	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	515	-515	0	0
5.06.06	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	-2	-172	0	-174
5.06.07	Juros de Capital Próprio/Dividendos Adicionais a pagar	0	0	0	-4.528	0	-4.528
5.06.08	Reserva de Lucro para Investimentos	0	0	5.091	-5.091	0	0
5.06.09	Capitalização de Reservas	41.524	-49	-41.475	0	0	0
5.07	Saldos Finais	397.507	4.458	10.551	0	0	412.516

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	320.965	4.563	34.962	0	0	360.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.476	0	61.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.476	0	61.476
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	35.018	-56	6.515	-64.532	0	-23.055
5.06.04	Incentivos Governamentais	0	0	3.041	-3.041	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	2.922	-2.922	0	0
5.06.06	Dividendos Mínimos Obrigatórios (Pagos)	0	0	0	-3.331	0	-3.331
5.06.07	Dividendos Adicionais (Pagos)	0	0	0	-16.668	0	-16.668
5.06.08	Reserva de Lucros para Investimentos	0	0	35.514	-38.570	0	-3.056
5.06.09	Capitalização de Reservas	35.018	-56	-34.962	0	0	0
5.07	Saldos Finais	355.983	4.507	41.477	-3.056	0	398.911

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/12/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	580.150	591.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	524.868	488.374
7.01.02	Outras Receitas	53.712	98.372
7.01.02.01	Prestação de Serviços	30.023	21.299
7.01.02.02	Redes de Água e Esgoto	7.910	7.299
7.01.02.03	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	15.779	69.774
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	9.300	9.809
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.730	-4.569
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.338	-154.929
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-97.795	-101.460
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.882	-37.926
7.02.04	Outros	-18.661	-15.543
7.02.04.01	Materiais Químicos	-18.661	-15.543
7.03	Valor Adicionado Bruto	427.812	437.057
7.04	Retenções	-42.094	-38.032
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.094	-38.032
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	385.718	399.025
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.785	13.532
7.06.02	Receitas Financeiras	14.785	13.532
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	400.503	412.557
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	400.503	412.557
7.08.01	Pessoal	250.750	214.626
7.08.01.01	Remuneração Direta	178.786	153.835
7.08.01.02	Benefícios	58.434	49.303
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.530	11.488
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	80.851	78.442
7.08.02.01	Federais	74.557	73.578
7.08.02.02	Estaduais	3.483	2.215
7.08.02.03	Municipais	2.811	2.649
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.595	61.069
7.08.03.01	Juros	26.955	28.222
7.08.03.02	Aluguéis	14.853	13.934
7.08.03.03	Outras	8.787	18.913
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.307	58.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.307	58.420

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e suas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desde a promulgação da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, o setor de saneamento vem passando por importantes mudanças. O maior desafio tem sido, desde então, a consolidação desse marco regulatório e o desenvolvimento de projetos que visam à universalização dos serviços de saneamento nos próximos 20 anos.

Nesse sentido, a SANASA está comprometida em ações que possibilitarão à cidade de Campinas ampliar a sua capacidade de tratamento de esgoto para 100% até 2016. Essa realização faz parte do Plano 300% de Universalização do Saneamento, que contempla 100% de capacidade instalada para o tratamento de esgotos (até junho de 2016), 100% de coleta e afastamento de esgotos (até dezembro de 2017) em bairros que já possuem redes de água e 100% de abastecimento, coleta e afastamento de esgotos (até dezembro de 2020) nos bairros que ainda não possuem saneamento.

O cumprimento dessas metas levará à universalização do saneamento em Campinas, objetivo do governo municipal que implicará ações de infraestrutura urbana, remoção de famílias em áreas de risco, além de investimentos da ordem de R\$ 500 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, do Programa Reágua do Governo de São Paulo, de financiamentos e de recursos próprios.

Vale ressaltar que, do montante de investimentos necessários à universalização, cerca de R\$ 25 milhões já estão sendo executados com recursos próprios, R\$ 80 milhões já possui contrato de financiamento (PAC/FGTS) assinado e R\$ 66 milhões estão em fase final de análise pelo Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

Com esse Plano, desenvolvido no Ano Internacional de Cooperação pela Água, tema coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a SANASA aprofunda seu compromisso de trabalhar por soluções que garantam água potável com qualidade e saneamento para a população de Campinas, de acordo com suas estratégias.

Em 2013, a Companhia trabalhou fortemente para aumentar a disponibilidade hídrica para Campinas e região para a próxima década. Esse foi seu principal objetivo ao participar ativamente das reuniões pela renovação da outorga do Sistema Cantareira e ao pleitear junto ao governo de São Paulo a elaboração de projetos das barragens a serem construídas nos rios Jaguari e Camanducaia. A empresa ainda pleiteia que o governo do Estado se responsabilize pela construção do sistema adutor, que será responsável pela transposição das águas do rio Jaguari para o Atibaia.

Quando o ano terminou, estavam avançadas as negociações em torno da outorga do Sistema Cantareira, que representa impacto importante no sistema hídrico PCJ (Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), diretamente na ampliação da capacidade quantitativa e qualitativa, e consequentemente, na qualidade de abastecimento da cidade de Campinas.

A SANASA fechou 2013 com o Mapa de Riscos Corporativos formulado e deve avançar em 2014 na elaboração do Mapa de Riscos da Água. As informações desses dois documentos serão a base para definição dos temas estratégicos da empresa, com o engajamento de diversos *stakeholders*.

A empresa também avançou qualitativamente no quesito controles internos, ampliando as políticas de verificação, análise e readequação de procedimentos internos em busca de maior eficiência operacional.

Também em 2013 a SANASA deu continuidade aos trabalhos referentes ao Plano de Segurança da Água, atendendo à portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde, que estabelece padrões de qualidade da água potável.

Foram muitas as obras realizadas em 2013 para a melhoria da qualidade da distribuição de água potável e dos sistemas de esgotamento sanitário, que incluem a substituição de redes antigas, instalação de redes de esgotamento sanitário em bairros como Satélite Íris I e IV, execução de Interceptores e Coletores no bairro Santa Cândida, Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté, Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II, Sistema de Esgotamento Sanitário Parque das Universidades, além da inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Sousas/Joaquim Egídio e o reinício das obras da ETE Nova América, que atenderá uma população aproximada de 35.300 habitantes da região do Aeroporto de Viracopos e permitirá a ligação de 106 quilômetros de redes de esgoto.

A ampliação desse aeroporto também vai gerar novos negócios para a SANASA, conforme protocolo de intenções já firmado para a venda da água de reuso, tratamento do esgoto e do efluente das aeronaves.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

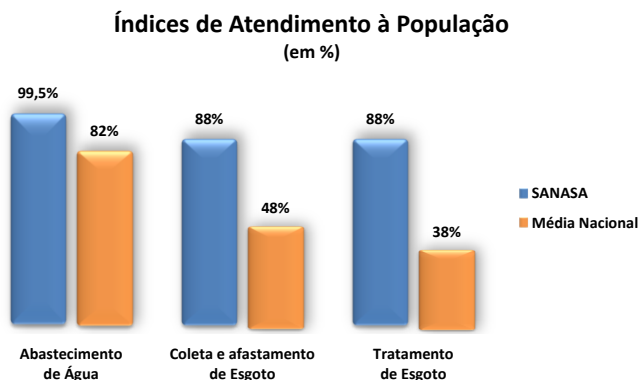
Cumprir todas as metas exige esforço e empenho não só da administração da empresa, mas de todos os funcionários. Cada um, no entanto, pode se orgulhar de trabalhar para a melhoria permanente da qualidade de vida na região de Campinas e pelo atendimento a metas globais de desenvolvimento sustentável.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente da SANASA

1 – PERFIL DA COMPANHIA

Criada pela Lei Municipal 4.356, de 28 de dezembro de 1973, a SANASA é referência no segmento de saneamento no Brasil, destacando-se como a maior empresa de abrangência municipal. De acordo com a edição 2013 da revista Valor 1000, a Companhia ocupa a 8ª posição no ranking das empresas de saneamento brasileiras, o que representa, sem dúvida, um motivo de orgulho para toda a população de Campinas.

Os índices de atendimento se destacam quando comparados à média nacional, segundo levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). A SANASA atende a 99,5% da população com abastecimento de água, 88% com coleta e afastamento de esgoto sanitário e possui capacidade instalada para tratar 88% dos esgotos coletados.



Para atingir e manter esses resultados, a Companhia opera 5 estações de tratamento de água (ETA's) e 26 estações de tratamento de esgoto (ETE's). Por uma rede de distribuição de 3.849,46 quilômetros e com 309.622 ligações, a água tratada chega a mais de 1,1 milhão de pessoas. Já o serviço de coleta e afastamento de esgoto beneficia cerca de 1 milhão de habitantes por meio de uma rede de 3.554,23 quilômetros que concentra 271.635 ligações.

Principais Indicadores – Água	
Índice de Atendimento com Rede	99,5%
Total de Ligações	309.622
Total de Economias (unidades de consumo)	462.934
Extensão de Rede de Distribuição de Água	3.849,46 Km

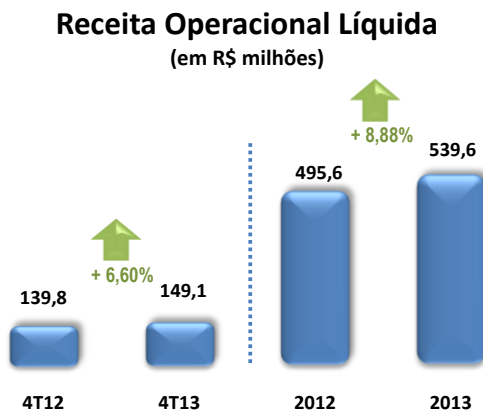
Principais Indicadores – Esgoto	
Índice de Atendimento com Rede	88%
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	88%
Total de Ligações	271.635
Total de Economias (unidades de consumo)	405.357
Extensão de Rede Coletora de Esgoto	3.554,23 Km

O resultado alcançado em termos de produtividade de pessoal, que é medido pela relação empregados/1.000 ligações totais (água + esgoto) passou de 3,82 empregados/1.000 ligações em 2012, para 3,85 em 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

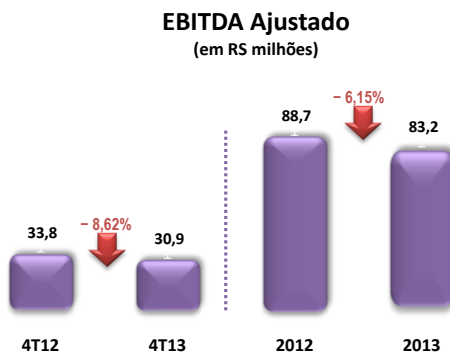
2 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Receita Operacional Líquida cresceu 8,88% em relação ao ano de 2012, atingindo R\$ 539.559 mil. No 4T13 a receita líquida foi de R\$ 149.068 mil, 6,60% superior ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse desempenho foi decorrente do reajuste tarifário, do crescimento do consumo e da expansão do número de ligações e economias.



O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 83.247, 6,15% inferior ao verificado no ano anterior e com uma margem EBITDA de 15,43% no período acumulado de 2013.

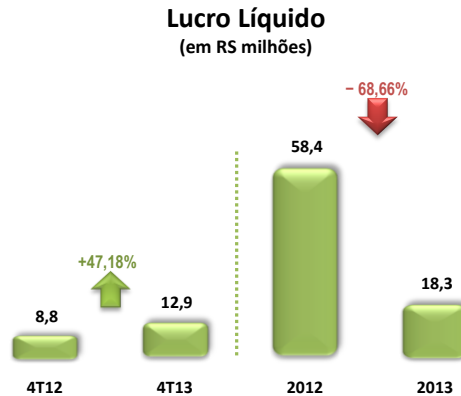
EBITDA (R\$ mil)	2012	2013	Var. %
Lucro Líquido	58.420	18.307	-68,66%
(+) Provisão para CSLL	8.721	1.887	-78,36%
(+) Resultado Financeiro	33.602	20.958	-37,63%
(+) Depreciações e Amortizações	38.032	42.095	10,68%
EBITDA	138.775	83.247	-40,01%
(±) Despesas/Receitas não Recorrentes	(50.076)	-	-
EBITDA Ajustado	88.699	83.247	-6,15%



O Lucro Líquido de 2013 foi de R\$ 18.307 mil, inferior em 68,66% quando comparado ao ano anterior. No comparativo desses dois períodos deve ser levado em consideração uma receita extraordinária (em 2012) no valor de R\$ 50.076 mil decorrente da substituição do benefício pós-emprego de indenização por aposentadoria, pela implementação do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI).

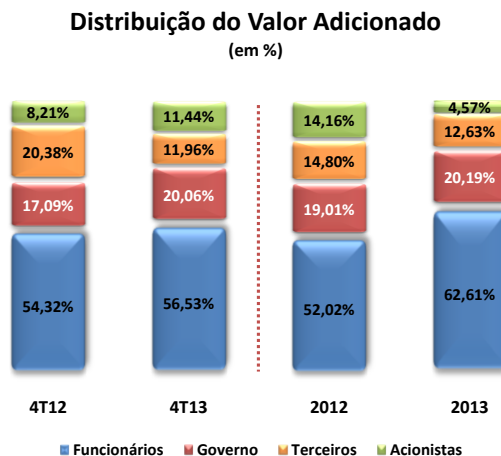
No 4T13 o lucro líquido foi de R\$ 12.911 mil, que corresponde a um resultado 47,18% superior ao apurado no mesmo trimestre de 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Distribuição do Valor Adicionado (DVA) da SANASA em 2013 alcançou R\$ 400.503 mil, com redução de 2,92% em relação ao exercício de 2012, quando distribuiu R\$ 412.557 mil. Desse valor, 4,57% foram destinados aos acionistas (juros sobre capital próprio e dividendos), 12,63% a terceiros (juros e alugueis), 20,19% ao governo (impostos, taxas e contribuições) e 62,61% aos empregados (incluindo remuneração direta, benefícios e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS).

No 4T13 foi distribuído um valor adicionado total de R\$ 112.839 mil, correspondente a um acréscimo de 5,67% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse montante, 11,44% foram destinados aos acionistas, 11,96% a terceiros, 20,06% ao governo e 56,53% aos empregados.



3 – REAJUSTE E REVISÃO TARIFÁRIA

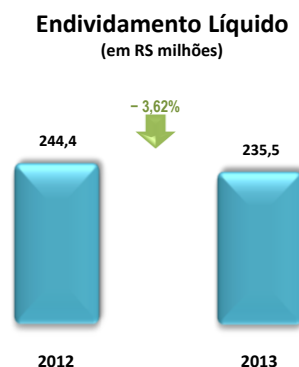
Em novembro de 2013, através da Resolução ARES-PCJ nº 34/2013, a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ) autorizou a SANASA a promover o reajuste das Tarifas de Água Tratada e demais serviços em 6,63%, a ser aplicado linearmente em todas as categorias e faixas de consumo, a partir de janeiro de 2014, com base em fórmula paramétrica, de modo a assegurar ao consumidor o pagamento de um preço mais justo.

No mês de dezembro de 2013, a ARES-PCJ divulgou a Resolução nº 37/2013, que estabelece a nova estrutura tarifária dos serviços de esgotamento sanitário da SANASA, com vigência a partir de fevereiro de 2014. A nova estrutura prevê a substituição da antiga “Tarifa de Esgoto” por duas tarifas específicas: “Coleta e Afastamento de Esgoto” e “Tratamento de Esgoto” nas proporções de 80% e 43%, respectivamente, das Tarifas de Água Tratada, em todas as faixas e categorias de consumo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 – ENDIVIDAMENTO

A SANASA encerrou o ano de 2013 com uma dívida líquida de R\$ 235.548 mil, que representa uma redução de 3,62% em relação ao exercício anterior. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos doze meses foi de 2,89.



A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a essas operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. No exercício de 2013, com exceção da 'Proporção EBITDA sobre Faturamento Líquido' e 'Liquidez Corrente', todas as metas contratuais foram cumpridas.

<i>Covenants</i>	Meta	Resultado 2013
Relação Exigível Total e Patrimônio Líquido	máximo 2,3	1,31
Relação EBITDA e Serviço da Dívida	mínimo 1,5	1,89
Faturamento	mínimo R\$ 292 milhões	R\$ 539 milhões
Proporção EBITDA sobre Faturamento Líquido	mínimo 25%	15,43%
Relação Dívida Líquida e EBITDA Últimos 12 meses	máximo 3,5	2,89
Relação EBITDA Últimos 12 meses e Despesa Financeira Líquida Últimos 12 meses	mínimo 2,0	3,97
Relação Dívida Líquida e Patrimônio Líquido	máximo 1,3	0,58
Liquidez Corrente	mínimo 0,9	0,89

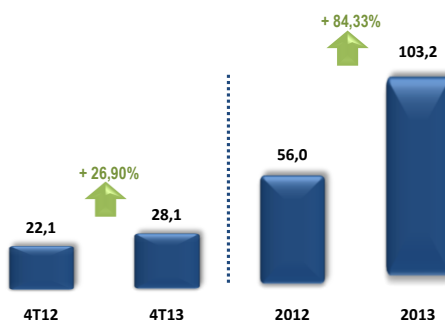
Vale ressaltar que em 18 de fevereiro de 2014 foram liquidados os contratos de financiamento nº 20/308.074-4, 20/308.071-0 e 20/308.067-8, firmados junto ao Banco Itaú Unibanco S/A, cuja meta de 25% (no mínimo) do indicador "Proporção EBITDA sobre Faturamento Líquido" não foi atingida.

5 – INVESTIMENTOS (CAPEX)

Em 2013, foram investidos R\$ 103.201 mil, sendo 15,33% destinados a investimentos em obras de abastecimento de água, 75,28% destinados aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 9,39% restantes aplicados em outros investimentos. O imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R\$ 762,7 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Evolução dos Investimentos (CAPEX) (em R\$ milhões)

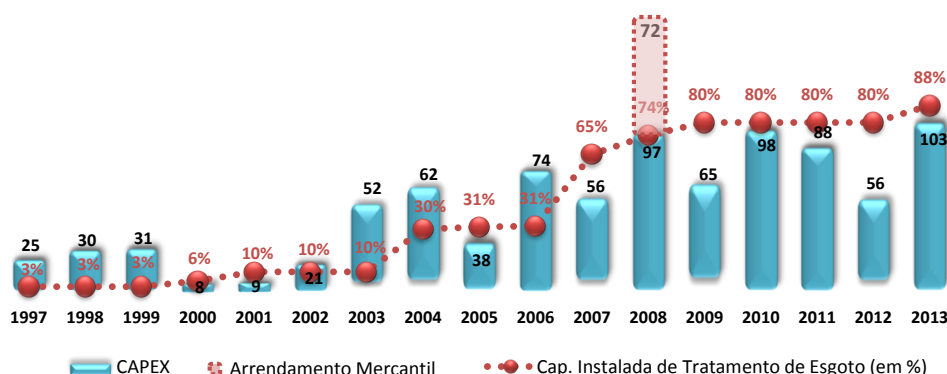


Dentre as diversas obras realizadas nos sistemas de abastecimento de água destacam-se as substituições de redes nos bairros Jardim Chapadão, Jardim Eulina - Zona Alta, Jardim Leonor, Vila Joaquim Inácio, Jardim das Oliveiras e Jardim Nova Europa - Bloco 1, além da ampliação e otimização da Estação de Tratamento de Lodo (ETL) nas Estações de Tratamento de Água (ETA's) 3 e 4.

No que se refere às obras nos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto destacam-se: Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Capivari II - Lote 2; SES Sousas/Joaquim Egídio; SES Taubaté - Etapa 1; SES Satélite Íris - bacias 1 e 2; SES Parque Santa Bárbara; SES Parque das Universidades e interceptor de esgotos do Sistema Anhumas - trecho Santa Cândida.

Vale destacar que desde a abertura do capital da Companhia, em 1997, já foram investidos R\$ 984.018 mil, sendo a maior parte deste valor (72,09%) aplicado no sistema de esgotamento sanitário, permitindo que a capacidade instalada de tratamento de esgoto saísse de aproximadamente 3% (em 1997) para 88% (em 2013).

Histórico dos Investimentos (CAPEX) (em R\$ milhões)



O investimento realizado no ano de 2013 foi o maior da história da SANASA, excluindo dessa análise o montante de R\$ 71.597 mil adicionado ao imobilizado em 2008 em decorrência do contrato de locação (arrendamento mercantil) firmado entre a SPE Capivari Ambiental S/A e a SANASA, no qual a primeira ficou responsável pela execução das obras relativas à construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari I e a segunda pela fiscalização das obras e locação do sistema pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses. De acordo com o contrato, após o término do arrendamento, passarão a pertencer à SANASA todos os bens, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema implantado pela SPE.

6 – EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Duas variáveis são determinantes para definir a eficiência operacional da SANASA: volume produzido e volume cobrado (ou faturado). Em 2013, a SANASA alcançou um volume faturado de água de 88.473 mil m³. O crescimento anual médio de 0,71% no consumo de água contra uma redução anual média de 0,35% no volume de produção, no período compreendido entre os anos de 1997 e 2013, demonstra a eficiência da Companhia no combate às perdas de distribuição, reduzidas de 34,7% ao patamar de 19,2% em 16 anos, e às perdas de faturamento, que caíram de 31,1% para 14,9% no mesmo período.

O Índice de Perdas de Distribuição (IPD) da SANASA, que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, está bem abaixo da média das empresas de saneamento brasileiras (38,8%, segundo o SNIS).

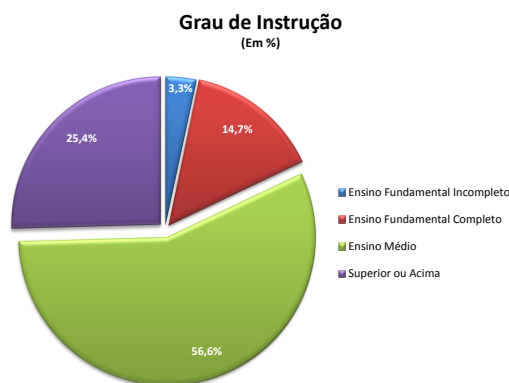
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



É importante destacar que a redução de perdas, além de eliminar o problema de desabastecimento no município de Campinas, garantiu a postergação de novas obras para o fornecimento de água, permitindo à Companhia reverter os recursos financeiros economizados no sistema de água para investimentos em obras de coleta, afastamento e tratamento de esgoto.

7 – RELACIONAMENTO COM OS COLABORADORES

A SANASA conta atualmente com 2.237 empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Predominam os do sexo masculino (81,4%), com formação de ensino médio (56,6%) e mais de 40 anos de idade (57,7%). Além disso, a Companhia propicia oportunidade de trabalho a 66 estagiários, 67 patrulheiros e 9 jovens aprendizes. A permanência média na empresa é de 12,5 anos.



A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2013 foi de 6,8%, explicada principalmente pela contratação de 137 funcionários concursados para os cargos de Agente Técnico de Saneamento, Agente de Leitura, Analista Administrativo, Analista de Tecnologia da Informação, Assistente Administrativo, Técnico de Segurança do Trabalho, Agente Técnico de Hidromecânica, Agente Técnico Eletroeletrônico, Engenheiro e Advogado.

8 – RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em 2013, os auditores externos *Audilink & Cia. Auditores* prestaram apenas serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não foram executados pelos auditores outros serviços que não estejam relacionados a serviços de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido perante a CVM, sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973 que foi regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes as suas atividades fins em ações integradas com o Município, com o Estado e com a União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 28 de fevereiro de 2014.

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota 6, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 20 – Provisões
- Nota nº 19 – Benefícios a empregados
- Nota nº 15 – Empréstimos e Financiamentos
- Nota nº 13 – Vida Útil do Ativo Fixo

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios

Notas Explicativas

apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Notas Explicativas

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo através do Resultado" que abrangem Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa 28.

c) Gerenciamento de Risco Financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

- Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de softwares.

- Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 13

g) Ativos arrendados

Um contrato de arrendamento mercantil transfere substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esse contrato é caracterizado como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos serão depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego: a) plano de previdência privada complementar de contribuição definida; b) Indenização por aposentadoria e c) assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes.

h1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter

Notas Explicativas

estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h2) Indenização por aposentadoria

A Companhia possui um Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) em vigor, beneficiando um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão até 30/04/2013, desde que atendam as condições descritas na nota explicativa nº 19, letra b, ou seja, que sejam elegíveis à aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade e possuam tempo de serviço na SANASA de no mínimo 5 anos. A indenização do PAI é composta de 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, além do valor equivalente à multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. O Acordo Coletivo de Trabalho também prevê o pagamento da mesma indenização para os empregados que se aposentam por invalidez, desde que tenham completado 5 anos de serviço na empresa.

h3) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

i) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

i1) Ativo financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável, em 31 de dezembro de 2013.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas

k1) Receita de Serviços Prestados

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita dos serviços prestados é composta pelas seguintes atividades fins:

- k1.1) Receita com Sistemas de Água: Captação, tratamento, reserva e distribuição de água;
- k1.2) Receita com Sistema de Esgoto: Afastamento e tratamento de esgoto;
- k1.3) Prestação de serviços: Ampliação dos sistemas de água e esgoto;

k2) Receita de Repasse de Obras dos Sistemas de Água e Esgoto

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

Notas Explicativas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 646/10. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica no passivo.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras e outras receitas e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros líquidas do desconto a valor presente das provisões, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia, a partir do dia 11 de fevereiro de 2009, ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 20 (f).

A despesa com contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. A contribuição social corrente e diferida é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Notas Explicativas

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda condição de pagamento prefixada, nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2010), IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)* (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 *Taxas*

Em maio de 2013, o IASB emitiu a Interpretação IFRIC 21 contribuições, que foi desenvolvida pelo IFRS Interpretations Committee (Comitê). A interpretação esclarece que uma entidade reconhece uma obrigação de pagar taxa de acordo com a legislação vigente. Ele também esclarece que a obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a estas normas.

04 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes apresentados no quadro abaixo foram decorrentes do impacto do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social efetuado no exercício de 2010 (ano de competência 2008) sobre a contabilização do ajuste de outros benefícios pós-emprego, nos termos da NPC 26 - Contabilização de Benefícios a Empregados. De acordo com a Deliberação CVM nº 592/09 e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os erros de períodos anteriores devem ser corrigidos na informação comparativa apresentada nas demonstrações contábeis desse período subsequente.

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2012		
	Anterior-mente apren- - tado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Circulante	99.904	3.056	102.960
Obrigações fiscais	14.908	3.056	17.964
Obrigações fiscais federais	14.144	3.056	17.200
Imposto de Renda a Pagar	2.565	2.257	4.822
Contribuição Social a Pagar	-	799	799
Não Circulante	386.331	-	386.331
Patrimônio Líquido	401.967	(3.056)	398.911
Reservas de lucro	41.477	-	41.477
Lucros/prejuízos acumulados	-	(3.056)	(3.056)
Total do Passivo	888.202	-	888.202

	31 de Dezembro de 2012		
	Anterior-mente apren- - tado	Ajustes	Reapresentado
Resultado bruto	182.632	-	182.632
Despesas/Receitas Operacionais	(81.889)	-	(81.889)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	100.743	-	100.743
Resultado Financeiro	(33.602)	-	(33.602)
Resultado Antes dos Tributos	67.141	-	67.141
Imposto de renda (corrente)	-	(2.257)	(2.257)
Contribuição Social (corrente)	(642)	(799)	(1.441)
Contribuição Social (diferido)	(5.023)	-	(5.023)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	61.476	(3.056)	58.420
Resultado Por Ação Básico e Diluído	0,18007		0,17112

05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	1.586	1.978
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	1.586	1.978

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

Notas Explicativas**06 – OUTROS INVESTIMENTOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2013	2012
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras	7.928	3.975
Total com aplicações financeiras	7.928	3.975
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras	7.323	6.786
Total com aplicações financeiras	7.323	6.786
Saldo de Aplicações Financeiras	15.251	10.761

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em CDB's são remuneradas por taxas variáveis de 99,5% a 104,65% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha. Os fundos CDI's representam aplicações bloqueadas obtidas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), cujas liberações estão atreladas à operação das Estações de Tratamento de Esgoto em atender metas de produtividade e de qualidade. Esses investimentos financeiros também têm sua remuneração atrelada ao CDI, com taxa média de 103,84% do CDI.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

07 – CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR

	2013	2012
Circulante:		
Água e esgoto – consumidores	78.736	73.054
Água e esgoto – partes relacionadas	8.312	3.695
Fornecimentos a faturar	13.110	12.387
Contratos de prestação de serviços – consumidores	11.156	10.960
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	14.004	11.105
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	4.419	3.782
Contratos de parcelamento de débitos – partes Relacionadas	21	2
	129.758	114.985
Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96)	(16.859)	(15.309)
Provisão para devedores duvidosos	(3.820)	(3.735)
Ajustes a valor presente	(1.746)	(2.547)
	(22.425)	(21.591)
Saldo líquido de contas a receber circulante	107.333	93.394
	2013	2012
Não circulante:		
Contratos de prestação de serviços – consumidores	2.132	2.476
Contratos de prestação de serviços – partes relacionadas	9.281	20.323
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores	952	956
Contratos de parcelamento de débitos – partes relacionadas	-	1
	12.365	23.756
Menos:		
Ajustes a valor presente	(586)	(1.851)
Saldo líquido de contas a receber não circulante	11.779	21.905
Total	119.112	115.299

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	2013	2012
Créditos a vencer	101.145	105.834
Créditos em atraso de 1 mês	15.911	11.832
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses	4.388	2.032
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses	2.144	1.793
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses	3.720	3.221
Créditos em atraso acima de 12 meses	14.815	14.029
Total	142.123	138.741
(-) Provisões	(20.679)	(19.044)
(-) Ajuste a valor presente	(2.332)	(4.398)
Total	119.112	115.299

A provisão para devedores duvidosos que totalizou em 31 de dezembro de 2013, R\$ 3.820 (R\$ 3.735 em 2012), e a provisão para perdas no valor de R\$ 16.859 (R\$ 15.309 em 2012), são registrados com base no histórico de perdas da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

08- ESTOQUES

	2013	2012
Materiais de aplicação em redes de água e esgoto	7.829	6.893
Materiais de manutenção de redes de água e esgoto	1.167	1.350
Materiais químicos	972	900
Materiais de expediente e consumo	801	598
Outros	602	449
	11.371	10.190

09 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	2013	2012
COFINS a compensar (a)	3.480	3.286
INSS a compensar – Cooperativas Médicas (b)	-	1.856
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	960	2.231
Créditos COFINS	829	829
PASEP a compensar (a)	805	760
Créditos PASEP	180	180
Impostos e contribuições retidos – órgãos públicos	32	45
	6.286	9.187
Circulante	2.001	5.142
Não Circulante	4.285	4.045

- a. Em razão da imunidade tributária obtida a partir de 11 de fevereiro de 2009, conforme comentado na nota explicativa nº 20(f), a Companhia mudou o critério de cálculo da COFINS e do PASEP de não cumulativo para cumulativo, a partir de maio de 2010, o que gerou valores a recuperar de COFINS, no montante de R\$ 12.610 e de PASEP no montante de R\$ 2.744, relativo aos exercícios de 2009 (período de fevereiro a dezembro) e 2010 (período de janeiro a março), que posteriormente será realizado mediante compensação com outros tributos federais.
- b. O crédito relativo ao INSS a compensar, em virtude do recolhimento a maior sobre as faturas da UNIMED, no período de julho de 2003 a julho de 2007, foi baixado em dezembro de 2013, por prescrição do crédito tributário.
- c. Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar são relativos a saldos negativos dos exercícios de 2007 e 2008 referentes às

Notas Explicativas

retenções na fonte e pagamentos a maior.

10 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

		2013		2012
	Base de Cálculo	Contribuição Social	Total	Total
Provisão para devedores duvidosos	3.821	344	344	336
Benefícios a empregados	24.169	2.175	2.175	2.120
Ajustes (RTT)	(16.751)	(1.508)	(1.508)	(884)
Contingências cíveis	1.108	100	100	73
Contingências fiscais	-	-	-	87
Contingências trabalhistas	5.662	510	510	411
Total		1.621	1.621	2.143

11 – BANCOS – CONTAS VINCULADAS

	Data	Obra	Previsão de Resgate	2013	2012
PRODES-034/2002	1 13/12/2002	ETE Sousas	Março/2014 a Dezembro/2015	3.000	2.782
20/308.067-8	2 12/04/2004	ETE Piçarrão	Março/2014	2.150	1.991
150.167-62	2 07/01/2003	ETE Anhumas	Janeiro/2016	930	861
157.950-07	2 12/04/2004	Sistema Anhumas	Abril/2022	246	228
20/308.072-8	2 12/04/2004	Sistema Boa Vista	Julho/2014	229	212
20/308.071-0	2 12/04/2004	Sistema Br.Geraldo	Julho/2014	341	316
20/308.070-2	2 12/04/2004	ETE Sousas	Julho/2021	42	39
20/308.074-4	2 12/04/2004	Sistema Sousas	Junho/2014	239	221
20/308.073-6	2 12/04/2004	Sistema Piçarrão	Junho/2022	27	25
20/299.470-5	2 12/04/2004	ETE Barão Geraldo	Julho/2014	119	111
Saldo total				7.323	6.786
Circulante				-	-
Não circulante				7.323	6.786

Os valores classificados no curto prazo são parte integrante da conta “Aplicações Financeiras” (nota explicativa nº 06)

- **Caixa Econômica Federal – FIF Despoluição Bacias Hidrográficas:** Os resgates iniciais estão vinculados às condições estabelecidas nos Contratos de Pagamento do Esgoto Tratado, firmados com a Agência Nacional de Águas (ANA). A Companhia tem uma obra em andamento vinculada a este programa:

Contrato PRODES 034/2002 – ETE Sousas: Em julho de 2009, a ANA vistoriou a situação da ETE Sousas, verificando estarem suas obras civis em andamento, às quais deverão estar concluídas em 2014.

A obra desta ETE estará totalmente concluída até o final de janeiro de 2014 (a data anterior era junho de 2013), atualmente encontra-se em fase de operação parcial. Já a sua operação contínua e de todas as etapas de tratamento e em período integral (24 horas por dia), está previsto para 01 de março de 2014.

Como o prazo de conclusão da obra foi alterado a SANASA encaminhou, no dia 19 de dezembro de 2013, ofício à

Notas Explicativas

Agência Nacional de Águas (ANA), para reprogramação do início do período de certificação da Estação de Tratamento de Esgoto de 01 de janeiro de 2014, para 01 de maio de 2014.

- **Caixa Econômica Federal – FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva:** Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio, durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

12 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2013	2012
Depósitos judiciais – processos cíveis	1.319	2.094
Depósitos recursais – FGTS	1.192	3.047
Autos de penhoras trabalhistas	1.808	730
Outros	337	374
	4.656	6.245

13 – ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e edifícios	Sistemas de Água e esgoto	Veículos, máquinas e equipamentos	Instalações, móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis terceiros	Bens em Construção	TOTAL
Custo								
Saldo em 1º de Janeiro de 2012	113.232	515.421	69.616	200.424	7.890	16.928	214.165	1.137.676
Adições	2.187	1.935	3.631	1.228	1.738	5	40.779	51.503
Alienações	-	-	(197)	(38)	(188)	-	-	(423)
Transferências	18.357	66.037	10.148	30.065	-	-	(139.921)	(15.314)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	133.776	583.393	83.198	231.679	9.440	16.933	115.023	1.173.442
Adições	91	5.002	7.087	2.280	147	-	87.182	101.789
Alienações	-	-	(1.849)	(216)	(107)	-	-	(2.172)
Transferências	775	23.086	352	538	3	148	(24.902)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	134.642	611.481	88.788	234.281	9.483	17.081	177.303	1.273.059
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	(29.123)	(208.031)	(41.236)	(147.008)	(6.162)	(2.726)	-	(434.286)
Depreciação no exercício	(2.759)	(15.677)	(6.199)	(11.055)	(782)	(681)	-	(37.153)
Alienação	-	-	127	30	180	-	-	337
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(31.882)	(223.708)	(47.308)	(158.033)	(6.764)	(3.407)	-	(471.102)
Depreciação no exercício	(3.008)	(17.008)	(7.009)	(12.551)	(893)	(691)	-	(41.160)
Alienação	-	-	1.621	188	105	-	-	1.914
Transferências	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(34.890)	(240.717)	(52.695)	(170.396)	(7.552)	(4.098)	-	(510.348)
Valor Contábil								
Em 31 de Dezembro de 2012	101.894	359.685	35.890	73.646	2.676	13.526	115.023	702.340
Em 31 de Dezembro de 2013	99.752	370.764	36.093	63.885	1.931	12.983	177.303	762.711

Notas Explicativas

As vidas úteis estimadas para os exercícios de 2013 e 2012 são as seguintes:

	Tempo de vida útil estimada
	A partir de 31 de dezembro de 2012 até 31 de dezembro de 2013
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações – Esgoto	25 anos
Edificações – Demais	50 anos
Instalações , Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas Operatrizes	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- a)** As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água foram revisadas conforme o pronunciamento técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, passando de 25 anos para 50 anos em média, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permaneceram com tempo de vida útil de 25 anos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, após a adoção desse pronunciamento, a partir de 01 de janeiro de 2010, foi de R\$ 41.160, ou seja, R\$ 4.862 inferior ao valor de R\$ 46.022, caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança.
- b)** Bens em Construção: o total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2013 foi de R\$ 101.789 (R\$ 55.990 em 2012). Desse montante, destacam-se as obras em andamento: **a)** Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari II lote II; **b)** Sistemas de esgotamento sanitário das regiões Sousas e Joaquim Egídio, Taubaté (ETAPA 1), Região do Jardim Satélite Iris (Bacias 1 e 2), Parque das Universidades e Região do Parque Santa Bárbara; **c)** Troca de redes e ramais de água no Jardim Nova Europa, Jardim Chapadão e Jardim das Oliveiras; **d)** Interceptor de esgoto do sistema Anhumas e **e)** Construção do edifício do Almoxarifado Central na Cidade Jardim.

Entre as obras que iniciaram suas operações em 2013, destacaram-se: **a)** Implantação de Sistema de Monitoramento de Vazão com substituição de redes de água no Jardim Chapadão; **b)** Sistemas de Esgotamento do Jardim Nova América e Capivari II; **c)** Prolongamentos de Rede Coletora na Cidade Satélite Íris, Jardim Florence e Bairro Bosque das Palmeiras, e **d)** Sub adutora do Jardim Monte Belo I. Os valores investidos nestas obras foram transferidos das contas de obras em andamento para as respectivas contas patrimoniais.

- c)** Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva.

Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir, indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

- d)** Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto ao banco Caixa Econômica Federal com juros de 6,5% e 12% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Notas Explicativas

Composição da capitalização dos juros por obras:

Banco / Obras	2013	2012
Caixa – ETE Sousas	313	287
Itaú BBA – Sistema Boa Vista	3	73
Unibanco – Sistema Joaquim Egídio	84	181
Caixa-Sistema Anhumas Trecho		
Santa Cândida	62	-
	462	541

14 – ATIVOS INTANGÍVEIS

	Direito de uso de Software	Permissão de uso de Solo	TOTAL
Custo			
Saldo em 1º de Janeiro de 2012	5.477	2.788	8.265
Aquisições	1.083	3.404	4.487
Transferências (*)	15.313	-	15.313
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	21.873	6.192	28.065
Aquisições	712	707	1.419
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	22.585	6.899	29.484
Amortização e perdas no valor recuperável			
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	(4.079)	(307)	(4.386)
Amortização	(706)	(171)	(877)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(4.785)	(478)	(5.263)
Amortização	(683)	(251)	(934)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(5.468)	(729)	(6.197)
Valor Contábil			
Em 31 de Dezembro de 2012	17.088	5.714	22.802
Em 31 de Dezembro de 2013	17.117	6.170	23.287

Obs:

(*) O valor de R\$ 15.313, se refere a um projeto em andamento de software transferido para o Ativo Intangível.

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2013	2012
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	39.922	21.552
Passivos de arrendamento financeiro	1.463	1.313
Total no passivo circulante	41.385	22.865
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	148.638	171.052
Passivos de arrendamento financeiro	54.918	56.381
Total no passivo não circulante	203.556	227.433
Total Empréstimos e financiamentos	244.941	250.298

Notas Explicativas

Termos e Cronogramas de Amortização da Dívida

Financiamentos	Vencimento Final	Moeda	Encargos	31/12/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
Banco do Brasil	2014	R\$	Variação da BTN-TR mais juros de 11,5% a.a.	1.554	7.332
Unibanco	2014	R\$	Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	2.379	8.024
Caixa Econômica Federal	2019	R\$	Variação da UPF e da UPR mais juros de 6,5% a 8,0% a.a.	37.120	44.703
Itaú – BBA	2014		Variação da UPR mais juros de 8,00% a. a.	-	712
Total Financiamentos				41.053	60.771
Finames	Vencimento Final		Encargos	31/12/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
Banco Fibra	2014	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 7,0% a 8,70% a.a.	998	1.853
Banco Sofisa	2015	R\$	Variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 5,90% a 10,40 a.a.	209	752
Caixa	2018	R\$	Remuneração básica BNDS-8,0%a.a. mais remuneração Caixa- 1,7%a.a.	5.545	-
Total Finames				6.752	2.605
Empréstimos	Vencimento Final		Encargos	31/12/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
Banco Paulista	2018	R\$	Variação de 108% do CDI sobre saldo devedor ou variação do INPC mais juros de 9% a.a.		-
Credit Suisse	2018	R\$	Variação de 100% do CDI mais 4% a.a.	100.633	100.505
Caixa Econômica Federal	2018	R\$	Variação de 100% do CDI mais 0,30% a.m.	35.126	35.100
Daycoval	2017	R\$	Variação de 100% do CDI mais 0,55% a.m.	10.232	
Total de Empréstimos				145.991	135.605
Encargos antecipados				(5.236)	(6.377)
Total de Empréstimos				140.755	129.228
Total de empréstimos e financiamentos				188.560	192.604
Arrendamentos Financeiros	Vencimento Final		Encargos	31/12/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
Foz de Capivari S/A	2029		Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR , conforme contrato, mais juros de 0,95% a.m.	56.245	57.460
Banco Safra	2016		Juros de 4,5% a.a.	136	234
Total de arrendamento financeiro				56.381	57.694

Notas Explicativas

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil		Valor Contábil	
Saldo com empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros.				
Circulante	41.385		22.865	
Não Circulante	203.556		227.433	

Descrição	2013		2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	22.865	227.433	34.583	249.388
Desembolsos	-	17.905	-	36.588
Juros	27.459	-	29.480	-
Atualizações monetárias	2.588	2	4.294	160
Transferências	42.925	(42.925)	62.747	(62.747)
Encargos Financeiros	-	-	(12)	(58)
Transferência encargos financeiros	(1.141)	1.141	(5.045)	5.045
Realização encargos financeiros antecipados	1.141	-	6.229	-
Amortizações	(54.452)	-	(109.411)	(943)
Saldo no final do exercício	41.385	203.556	22.865	227.433

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2014	2015	2016	2017	2018	Acima de 5 anos	TOTAL
Financiamentos	13.336	7.969	3.053	2.690	2.809	21.428	51.285
Empréstimos	-	30.568	21.818	21.818	12.728	43.591	130.523
Finame	2.495	1.538	1.410	1.309	-	-	6.752
Total	15.831	40.075	26.281	25.817	15.537	65.019	188.560

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	2013			2012		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.462	9.102	10.564	1.313	8.721	10.034
De um a cinco anos	9.721	42.609	52.330	8.784	41.000	49.784
Acima de cinco anos	45.198	56.777	101.975	47.597	59.139	106.736
Total	56.381	108.488	164.869	57.694	108.860	166.554

Financiamentos:

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto. Alguns desses contratos de financiamentos foram captados juntos aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco, que possuem os seguintes *covenants* financeiros:

- Manter proporção EBITDA sobre o faturamento líquido em no mínimo 25%;
- Manter uma relação entre o EBITDA e o serviço da dívida de no mínimo 1,5;
- Manter uma relação entre o valor do Exigível Total, incluindo-se obrigações decorrentes de operações de arrendamento mercantil financeiro e o patrimônio líquido de no máximo 70/30;
- Manter o faturamento anual de no mínimo R\$ 180.000 (Cento e oitenta milhões de reais) em 2004 e nos anos seguintes.

Estas operações estão garantidas por notas promissórias, cauções de duplicatas, ativos imobilizados (que compõem os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Campinas), arrecadação tarifária, avais ou quotas do Fundo

Notas Explicativas

de Participação dos Municípios da Prefeitura Municipal de Campinas.

Financiamentos FINAME:

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroescavadeiras).

Empréstimos:

No dia 21 de julho de 2010, a Companhia firmou 24 (vinte e quatro) contratos de empréstimos com o Banco Credit Suisse Brasil S.A., através da emissão de Células de Crédito Bancário (CCB's) no montante de R\$ 100.000 e vencimento até 2018, sendo que o desembolso destes empréstimos foram divididos em duas partes: **a)** a primeira no total de R\$ 70.000, foi desembolsada no dia 21 de julho de 2010 e **b)** a segunda parte, na soma de R\$ 30.000 ocorreu no dia 21 de dezembro de 2010. A Companhia aproveitou a liquidez existente no mercado para trocar algumas operações de CCB com a redução de taxas de remuneração dos empréstimos e alongamento do prazo da dívida, mantendo assim a estrutura de capital adequada às necessidades de investimentos.

Com os contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A. a SANASA passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser superior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (inclusive), 5,00x (cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2010 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (inclusive), 4,50x (quatro vírgula cinco);
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2011 (exclusive) até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 4,00x (quatro); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 3,50x (três vírgula cinco).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 (doze) meses da emitente não poderá ser inferior a:
 - Para cada trimestre até o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (inclusive), 1,50x (um vírgula cinco); e
 - Para cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2012 (exclusive), 2,00x (dois).
- c) A relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emitente não poderá ser superior a 1,30x (um vírgula três); e
- d) A relação entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante da Emitente não poderá ser inferior a 0,90x (zero vírgula nove).

Os encargos financeiros correspondem: **a)** Aos serviços de coordenação e estruturação prestados pelo credor da operação ofertada, Banco Crédit Suisse Brasil S.A., no montante de R\$ 9.133; e **b)** Aos encargos financeiros antecipados sobre empréstimos de capital de giro obtidos junto ao Banco Paulista S.A.. Esses valores são transferidos proporcionalmente para o resultado, mensalmente, durante toda a vigência contratual.

Em 19 de novembro de 2012, a Companhia firmou contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões), com vencimento até 19 de novembro de 2018. O desembolso aconteceu no dia 21 de novembro de 2012. Com a realização deste contrato a Companhia amortizou outros empréstimos para reduzir as taxas de remuneração.

Com o novo contrato de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, a Companhia passou a estar sujeita aos seguintes *covenants*:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual, desde que não sanada no prazo de 15 (quinze) dias;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, superiores a R\$ 100.000 (cem milhões) em nome da creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos administrativamente e/ou judicialmente;
- c) O valor total das duplicatas apresentadas à CAIXA for inferior a 130% (cento e trinta por cento) da prestação mensal e
- d) Verificação a qualquer tempo de que as atividades da Creditada geram danos ao meio ambiente, desde que a questão, no âmbito administrativo ou judicial, tenha transitado em julgado para a creditada no sentido de que efetivamente ocorreu o descumprimento da legislação ambiental.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e

Notas Explicativas

financiamento, com exceção do item (a) relativo aos contratos de financiamentos captados junto aos bancos Itaú BBA S.A. e Unibanco S.A., e item (d) relativo aos contratos de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse Brasil S.A.

Arrendamentos Mercantil Financeiros

No final de 2007 a SANASA firmou contrato de arrendamento mercantil com a Capivari Ambiental S.A. (atual Foz de Capivari S.A.) para arrendamento do ativo ETE Capivari I, que estabelece um prazo de locação de 20 anos. O valor registrado no ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2008, foi de R\$ 71.597 e as contrapartidas foram contabilizadas em passivo circulante (R\$ 8.700) e passivo não circulante (R\$ 62.897). Em 31 de dezembro de 2013 o valor contábil líquido da ETE Capivari I é de R\$ 56.245 (R\$ 57.460 em 2012).

Com o início da operação da ETE Capivari I, a partir de outubro de 2009 a SANASA passou a pagar o valor mensal de R\$ 872 do arrendamento.

16 – TÍTULOS A PAGAR

Em 7 de março de 1991, mediante Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, a SANASA adquiriu um terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, doado à Entidade pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, destinado à construção de sua nova sede social.

Através do item 4 do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra, foi convencionado o preço certo de Cr\$ 500.000.000,00, sendo: 1) Cr\$ 480.000.000,00, em dinheiro; e 2) fornecimento de água tratada aos próprios da Irmandade/Hospital Irmãos Penteado pelo prazo de 30 anos, a contar da data da escritura.

Até 31 de dezembro de 2001, a Administração da SANASA contabilizava os valores pagos a título de aquisição desse imóvel como adiantamento para futura imobilização, incluindo além dos valores pagos em dinheiro (1991 a 1992), os fornecimentos de água / coleta de esgoto do Hospital Irmãos Penteado, referentes ao período de maio de 1989 a dezembro de 2001.

A partir de 1º de janeiro de 2002, adotou-se a seguinte mudança no tratamento contábil, tendo em vista a decisão transitada em julgado: o saldo atualizado desses valores, no montante de R\$ 5.119, correspondente ao período acima citado, foi transferido para a conta definitiva de Terrenos (Ativo Imobilizado), sendo considerado mais do que suficiente para servir como base de valor para esse imóvel.

Em seguida, foi registrado o passivo de R\$ 12.622, resultado da multiplicação de 230 meses restantes, até fevereiro de 2021, pelo consumo/mês fixado, conforme contrato em 4.000 m³ e pela tarifa média de dezembro de 2001 em R\$ 13,72. Tal contabilização foi fundamentada no reconhecimento de uma dívida assumida já que, até o posicionamento do STJ, não se tinha como certa a legalidade da aquisição do terreno. Esse valor refere-se ao custo financeiro da aquisição do terreno, como uma variação monetária atrelada à tarifa da água, no decorrer do período de 1991 a 2001.

Com a finalidade de abater o IRPJ e a CSLL incidentes sobre o Lucro Real gerado por suas atividades, foi reconhecido nos controles dos prejuízos na Parte B do livro LALUR e nos controles internos de Bases de Cálculo Negativas da CSLL, o valor de R\$ 11.593. Isso, baseado no fato de que seus efeitos não seriam diferentes, caso fossem contabilizados em seus respectivos períodos de competência, de acordo com o artigo 26 da Instrução Normativa SRF 51/95.

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 6.777 (R\$ 11.058 em 2012), cuja abertura entre circulante e não circulante segue abaixo:

	2013	2012
Saldo de Títulos a pagar	6.777	11.058
Circulante	946	1.354
Não Circulante	5.831	9.704

17 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações de fornecimento de serviços de água e esgoto da Companhia com a sua principal acionista e controladora, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a Prefeitura Municipal de Campinas estão detalhados abaixo:

Notas Explicativas

	2013		2012	
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
Créditos SANASA (Incluído na nota explicativa nº07)				
- Fornecimento de água e esgoto	8.312	-	3.695	-
- Prestação de serviços	14.004	9.281	11.105	20.323
- Parcelamento de débito	21	-	2	1
	22.337	9.281	14.802	20.324

Fornecimento de água e esgoto: Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no exercício de 2013, junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 21.278 (R\$ 18.750 em 2012). Com outros serviços prestados à PMC, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 455 (R\$ 466 em 2012). Já com parcelamento de débito à PMC a SANASA obteve faturamento de R\$ 19 (não obteve faturamento em 2012).

	2013		2012	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Créditos PMC				
- Fundap	468	-	447	-
- ISSQN	424	-	317	-
- Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	4.700	-	-	-
	5.592	-	764	-

O saldo a pagar de R\$ 4.700 é representado por juros remuneratórios do capital próprio, contabilizados nos termos da Lei 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação, "pro-rata" dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e demonstrados contabilmente de acordo com a deliberação da CVM 683 de 30 de agosto de 2012.

No exercício de 2013, a Companhia pagou remuneração total aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de R\$ 235 (R\$ 293 em 2012) e à Diretoria o montante de R\$ 2.176 (R\$ 2.527 em 2012), que referem-se a benefícios a empregados de curto prazo. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$ 560 (R\$ 500 em 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios pós-emprego de previdência privada e outros benefícios, tais como: assistência médica e seguro de vida para seus Diretores, no total de R\$ 127 (R\$ 126 em 2012).

18 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2013	2012
Obrigações Trabalhistas		
- Salários e ordenados	189	122
- Provisão para férias	23.768	20.517
	23.957	20.639
Obrigações Sociais		
- INSS	5.207	4.744
- FGTS	1.576	1.420
	6.783	6.164
	30.740	26.803

19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	2013	2012
Participações no resultado	8.151	6.731
Previdência privada	661	591
Provisão de benefícios pós-emprego	24.169	23.551
	32.981	30.873
Circulante	19.948	7.322
Não Circulante	13.033	23.551

a) Entidade de previdência privada – Contribuição definida

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios

Notas Explicativas

Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, de Contribuição Definida.

Com 1.008 adesões, o Plano prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão.

De acordo com o regulamento do Plano, a Companhia ofereceu aos funcionários que aderiram até 19/04/2005, na condição de participantes fundadores, o pagamento de 50% do serviço passado, valor equivalente a 45% do salário nominal por fração anual de seu tempo de serviço na Companhia, desde a sua admissão. O montante dessa alocação financeira é de R\$ 17.121, financiado junto à PETROS, pelo prazo de 195 meses, com taxa de 6% a.a. mais a variação do INPC/IBGE, conforme Instrumento Particular de Compromisso e Assunção de Obrigações de Constituição Parcial das Reservas do Serviço Passado do Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA e Outras Avenças, assinado em 30 de novembro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2013, a situação quanto aos pagamentos realizados das obrigações assumidas ficaram assim:

	Acumulado em:	
	2013	2012
Custo do Serviço Passado		
O valor do custo do serviço passado (com juros):	(32.796)	(31.883)
O valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço:	13.507	15.308
Passivo reconhecido	(19.289)	(16.575)
Movimentação do custo do serviço passado		
Passivo líquido no início do exercício	(218)	(206)
Variação do passivo no exercício	(2.715)	(2.549)
Contribuições da patrocinadora pagas no período	2.702	2.537
Passivo líquido	(231)	(218)
Custos e despesas reconhecidas no resultado		
Serviço corrente (com juros)	5.331	4.440
Serviço passado amortizado	2.715	2.549
Total da despesa reconhecida no resultado	8.046	6.989
	2013	2012
Saldo do Balanço		
Plano de previdência complementar	425	372
Plano de previdência serviço passado	231	218
	656	590

b) Outros benefícios pós-emprego

- Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)

A Companhia implantou em 2012 um novo Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) aos funcionários que atendessem às seguintes condições cumulativamente, até 30 de abril de 2014:

- I. Tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 05 (cinco) anos;
- II. Elegíveis à aposentadoria por tempo de contribuição (integral ou proporcional) ou por idade;

A indenização do PAI, que beneficia um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão até 30 de abril de 2013 (a data-limite inicial para a adesão era 30 de novembro de 2012, sendo prorrogada por 5 meses), é composta de:

- I. 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;
- II. Valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía contabilizado um passivo de Indenização do Plano de Aposentadoria Incentivada, considerando um total de 153 funcionários (124 funcionários em 31 de dezembro de 2012) que efetuaram a adesão ao plano, no montante de R\$ 11.136. Já em dezembro de 2012 o passivo com indenização por aposentadoria era de R\$ 9.017.

- Assistência médica

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses.

A Companhia contabiliza um passivo de benefício com assistência médica quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro e registra uma despesa na medida em que a Companhia se beneficia dos serviços por eles prestados. No exercício de 2013, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de assistência médica pós-aposentadoria no montante de R\$ 13.033 (R\$ 15.455 em 2012).

A Companhia adota a norma do CPC 33 (R1) - Plano de Benefícios a Empregados, para os benefícios de Indenização por aposentadoria e Assistência médica.

c) Participação no Resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas. O montante dessa participação registrado no passivo, para o exercício de 2013, foi de R\$ 8.151 (R\$ 6.731 em 2012).

20 – PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2013			2012		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas	5.662	(2.569)	3.093	4.571	(2.131)	2.440
Fiscais	-	-	-	971	-	971
Cíveis	1.108	-	1.108	806	-	806
Total	6.770	(2.569)	4.201	6.348	(2.131)	4.217

Processos Trabalhistas: Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensas irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 5.662 é composto por: **a)** 69 processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 3.853 e **b)** 54 processos de funcionários próprios na soma de R\$ 1.809. Não foram provisionados, por não representarem chances possíveis de perdas, 291 reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 12.626;

Processos Fiscais: Em julho de 2007, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar com intuito de suspender a exigibilidade do crédito tributário das contribuições PASEP e COFINS sobre os clientes inadimplentes, permitindo assim que os valores de vendas transformadas mensalmente em clientes incobráveis, em razão do inadimplemento, fossem excluídas da base de cálculo de tais contribuições. Em agosto de 2007, foi concedida liminar pleiteada, garantindo à Companhia a exclusão das receitas inadimplidas da base de cálculo do PASEP e COFINS. Em novembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) através do julgamento do Recurso Extraordinário (RE 586482), entendeu, por maioria dos votos, que deve incidir PASEP e COFINS sobre as vendas inadimplidas. Assim, por orientação do escritório de advocacia Lima Junior Advogados e Consultores, responsáveis por esta ação, a Sociedade passou a não mais excluir da base de cálculo do PASEP e COFINS as receitas inadimplidas e provisionar o valor de R\$ 971, devido as chances de perda ter mudado de possível para provável.

Nos exercícios de 2011 e 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de PASEP e COFINS referentes ao período de julho de 2007 a dezembro de 2010, através dos Autos de Infrações 10.830.724.822/2011-21, 10.830.723.882/2012-16, 10.830.723.884/2012-05 e 10.830.723.883/2012-52, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

Em 24 de abril de 2013, a Companhia quitou os débitos deste processo, devido à ação ter sido julgada improcedente.

Notas Explicativas

Processos Cíveis: Os casos mais frequentes são os de restabelecimento de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 36 processos no total de R\$ 1.108. Não foram contabilizadas provisões de 407 processos no montante de R\$ 38.196 por não representarem chances possíveis de perdas.

A movimentação das provisões para contingências no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 tem a seguinte composição:

Descrição	2013			2012		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	806	4.571	971	443	5.122	971
Adição à provisão	426	3.049	-	373	2.261	-
Utilização	(124)	(1.958)	(971)	(10)	(2.812)	-
Saldo no Final	1.108	5.662	-	806	4.571	971

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxitos, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

- a) **Processos Administrativos Fiscais e previdenciários:** No dia 11 de dezembro de 2007 a SANASA tomou ciência de Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD) e Autos de Infrações (AI), nas quais apontaram créditos de encargos sociais de R\$ 4.254 e R\$ 1.349, respectivamente, totalizando R\$ 5.603, entre principal e multa, resultantes da auditoria fiscal da Previdência Social que ocorreu entre os períodos de 06 de março a 03 de dezembro de 2007, relativo aos exercícios de janeiro de 1997 a setembro de 2007.

No período de 24 de novembro de 2008 a 01 de julho de 2009 a auditoria fiscal da Previdência Social em questão gerou 04 (quatro) Autos de Infrações (AI) que registraram créditos de encargos sociais no montante de R\$ 7.647 entre principal, multa e juros.

A SANASA manejou, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes da Secretaria da Receita Federal do Brasil).

- b) **Ambientais:** Ação de Execução de Obrigação de Fazer, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Senhor Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Americana, objetivando compelir a SANASA a realizar obras dos sistemas de tratamento de esgotos em Campinas, representado pela provisão de multa diária de 0,001% ao dia sobre o valor da Ação de Execução, em R\$ 130.

Este processo deixou de ser provisionado em virtude de que a SANASA vem cumprindo o acordo celebrado nos autos da ação de execução de fazer.

- c) **Processos Administrativos Tributários de IRPJ e CSLL:**

- No período de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, a Delegacia da Receita Federal em Campinas enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre uma compensação a maior de prejuízo fiscal na DIPJ/2002, ano calendário 2001, devidamente atendidas sobre a contabilização em pauta, todas devidamente respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Isso, decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas, onde se localiza a sede social da Companhia, conforme citado na nota explicativa nº 16 – Títulos a Pagar.

Em 17 de março de 2006, foi aberto mandado de procedimento fiscal estendendo a fiscalização para toda a tributação do período de 2001 a 2005, incluindo as contribuições COFINS e PASEP. A partir de março de 2006, mais 4 (quatro) intimações foram expedidas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), encerrando-se o processo em julho de 2006.

Finalmente, em 08 de agosto de 2006 a Administração foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 9.823 e R\$ 2.393, respectivamente, totalizando R\$ 12.216, entre principal, multa e juros. Tais autos de infração foram acompanhados do Relatório de Ação Fiscal, onde expõem as pretensas razões de tratamento contábil/fiscal irregular.

Notas Explicativas

Em 06 de setembro de 2006, a Companhia apresentou à Delegacia de Julgamentos da Receita Federal de Campinas sua impugnação, sendo que em 18 de outubro de 2006, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento apresentou acórdão considerando procedentes as exigências fiscais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 22 de novembro de 2006, foi protocolado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, ainda pendente de julgamento. Não foi efetuada provisão, tendo em vista que a assessoria jurídica responsável pela defesa entende haver possível chance de êxito quanto à reversão da posição. Soma-se a este entendimento o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em setembro de 2010, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP enviou intimações solicitando esclarecimentos e documentação hábil sobre a compensação a maior do prejuízo fiscal na DIPJ/2007, ano calendário 2006 devidamente atendidas e respondidas nos prazos fixados pela fiscalização. Fiscalização também decorrente dos efeitos contábeis originados pela aquisição do terreno da Irmandade de Misericórdia de Campinas. Em 22 de setembro de 2011 a Sociedade foi cientificada dos Autos de Infração do IRPJ e CSLL, apontando os créditos tributários de R\$ 370 e R\$ 399, respectivamente, totalizando R\$ 769, entre principal, multa e juros. Em 21 de outubro de 2011 a Companhia apresentou a Delegacia da Receita Federal de Julgamento sua impugnação a qual aguarda ser julgada.

- **Processo Tributário de IRPJ e CSLL:** Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com medida judicial para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração, o qual aguarda ser julgado.

- d) Processo cível sobre monopólio dos serviços de correios:** Em 21 de fevereiro de 2008, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ingressou com ação contra a SANASA e Lotus Serviços Técnicos Ltda. perante a 8ª Vara Federal de Campinas (processo nº 2008.61.05.001731-7), alegando violação de monopólio postal, em virtude da SANASA ter contratado a Lotus para prestar serviços de entrega de faturas de água/esgoto e avisos. A ECT pleiteia indenização de R\$ 20.989 a título de danos materiais (lucros cessantes). No dia 28 de abril de 2008, a Companhia fez a defesa contra essa pretensão. Como a questão do monopólio encontrava-se ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria Jurídica entendia que a possibilidade de perda do processo era remota. Em 21 de maio de 2009 foi proferida sentença considerando a prescrição para parte dos valores pretendidos e ainda, no período admitido, acolheu somente parcela do faturamento tida como lucro efetivo. No dia 05 de agosto de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter o monopólio postal da ECT (esta decisão acerca do monopólio ainda poderá ser objeto de embargos declaratórios para esclarecimentos de obscuridade quanto à definição do conceito de alguns serviços, objeto da demanda), fato que reforça os fundamentos da sentença proferida nesta ação de indenização. Por esta razão, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica, a possibilidade de perda do processo alterou de remota para possível, porém com substancial redução do valor pretendido. Dessa forma, estima-se que o valor possível de perda é de R\$ 562, considerando que a margem líquida da ECT foi de 7,5% em 2012, conforme balanço publicado. Vale destacar ainda que, mantida a sentença, o valor da condenação deverá ser suportado tanto pela SANASA quanto pela Lotus.
- e) Processo cível de ação de cobrança:** Em 13/09/1999 a empresa Jafet Tommasi Sayeg Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. propôs em face da SANASA ação de cobrança (Processo Judicial Cível nº 114.01.1999.028866-7, 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas) pretendendo o seguinte: cobrança do custo de tonelagem de estrutura metálica por alteração de projeto; cobrança do custo de mobilização por prorrogação da obra; cobrança da correção monetária dos atrasos de pagamentos; cobrança do reajuste contratual de valores faturados; deu a causa à época o valor de R\$ 623.679,87 (seiscentos e vinte e três mil seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos); a SANASA contestou a ação, e por fim a ação foi julgada improcedente em 19 de dezembro de 2001, em seguida a Jafet apelou para o Tribunal de Justiça que invalidou a sentença e determinou prova pericial, isso foi em 05 de maio de 2006; após a perícia houve nova sentença agora em 13 de março de 2012 a ação foi julgada novamente improcedente, sendo

Notas Explicativas

que em 19 de outubro de 2012 foi recebida apelação da Jafet pleiteando a reforma da sentença, com o objetivo de receber a soma de R\$ 7.643.970,36 (sete milhões seiscentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos – dará base outubro de 2010) a seguir a SANASA foi intimada a apresentar contrarrazões ao recurso, o que já foi feito. Após recebimento das contrarrazões o processo será remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo para apreciação do recurso. O subscritor da presente entende que há 50% de possibilidade de sucesso, diante de duas decisões favoráveis à SANASA. No dia 26 de fevereiro de 2013 o processo foi encaminhado para o Tribunal de Justiça para julgamento do recurso de apelação.

- f) Processo Administrativo da Imunidade Tributária Federal:** Em virtude do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 14 de novembro de 2008, ingressou com medida judicial para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 2008.61.05.011866-3. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras quando seu ganho for praticamente certo.

No dia 11 de fevereiro de 2009 foi deferida parcialmente a tutela antecipada nos Autos do Agravo de Instrumento nº 2008.03.00.048892-3, em trâmite perante o egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região. Com isto a Companhia ficou desobrigada de apurar e recolher impostos federais a partir de fevereiro de 2009. Em 29 de janeiro de 2010 foi julgado parcialmente procedente o pedido da Companhia, reconhecendo-se a imunidade tributária e condenando a Receita Federal à restituição das quantias pagas indevidamente. Em 19 de abril de 2010 a União Interpôs Recursos de Apelação, ficando a matéria na pendência de decisão por parte do egrégio Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª região, permanecendo válidos os efeitos da Tutela Antecipada anteriormente acolhidos.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, é de entendimento da administração da Companhia ser provável a chance de êxito neste processo, bem como não haver obrigação legal alusiva a impostos, pelo benefício constitucional concedido às empresas prestadoras de serviços públicos essenciais.

Em junho de 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas, lançou de ofício os valores de IRPJ referentes ao ano-calendário 2009 e 2010 através do Auto de Infração nº 10.830.723.881/2012-63, com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, inciso IV do CTN, com o intuito de prevenir a decadência.

- g) Processo Judicial da Imunidade Tributária Estadual:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, em 26 de janeiro de 2010 a SANASA ingressou com medida judicial requerendo a Imunidade Estadual para desobrigar a Companhia ao recolhimento do IPVA. Em 20 de junho de 2011 a ação foi julgada improcedente. A SANASA interpôs Recurso de Apelação, sendo que em 07 de novembro de 2013 o mesmo foi julgado procedente declarando a Imunidade Estadual do IPVA, bem como a restituição dos últimos 5 anos após o trânsito em julgado..
- h) Processo Judicial da Imunidade Tributária Municipal:** Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de estender às empresas públicas e às sociedades de economia mista os efeitos da imunidade tributária prevista no art. nº 150 da Constituição Federal, e considerando ainda que a SANASA teve reconhecido tal direito perante o Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, em 06 de abril de 2010, foi requerido perante a Prefeitura Municipal de Campinas (Protocolo nº 10/10/12211), o reconhecimento da referida imunidade, sendo tal pedido acolhido conforme publicação no Diário Oficial do Município em 15 de maio de 2010, ficando a SANASA imune a Impostos Municipais.
- i) Processo Judicial do Fator Acidentário de Prevenção (FAP):** Considerando as alterações trazidas pelo Decreto nº. 6.957/2009, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para deixar de recolher o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), requerendo ainda, a restituição/compensação dos valores pagos nos anos de 2010 e 2011.
- O processo está tramitando perante a 8ª Vara Federal em Campinas sob o nº. 4071-58.2011.4.03.6105. Inicialmente foi deferida em parte a medida liminar para que na apuração do FAP sejam excluídas as Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), sendo que, posteriormente foi denegada a segurança em 1ª Instância. A SANASA recorreu da decisão e o processo se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento do recurso de apelação.
- j) Processo Judicial das Verbas Indenizatórias:** Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança para que seja declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do

Notas Explicativas

funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) Seguro Acidente do Trabalho (SAT); e) terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e salário-educação); f) 13º salário e g) 1/3 de férias.

A probabilidade de êxito nessa ação é provável, uma vez que esse tem sido o entendimento majoritário no STJ. O processo está tramitando perante a 4ª Vara Federal em Campinas sob o nº. 0015922-60.2012.4.03.6105. Em 10 de junho de 2013, houve sentença concedendo a segurança em parte, sendo acolhido o pedido da SANASA para deixar de recolher as verbas previdenciárias sobre: a) Os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do funcionário doente/acidentado; b) Aviso prévio indenizado; c) SAT; d) Terceiros (INCRA, SESI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) e e) 1/3 de férias, bem como a compensação dos últimos 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado. A União Federal recorreu da decisão, assim como a SANASA em relação ao adicional de horas extras. Dessa forma, o processo se encontra no Tribunal Regional Federal (TRF3) para julgamento dos recursos. Todavia, a SANASA está gozando dos benefícios da decisão, deixando de recolher as contribuições das verbas supramencionadas.

- k) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica:** Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida, requerendo a exclusão da base de cálculo, bem como a restituição dos últimos 5 anos. A probabilidade de perda é remota em razão de a matéria estar sumulada, ou seja, entendimento pacificado no STJ.

O processo está tramitando perante a 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas sob o nº. 0089120-86.2012.8.26.0114 e em 08 de janeiro de 2013 o Juiz acolheu o pedido de tutela antecipada, determinando que seja oficiada a CPFL acerca da decisão e a citação do Governo do Estado de São Paulo para, querendo, contestar a ação. A Companhia aguarda a citação do Estado e possível contestação.

- l) Processo Judicial dos Juros de Mora:** Em conformidade com jurisprudência sedimentada no STJ, sobre os juros de mora recebidos a título de natureza indenizatória não sofrerem incidência de IRPJ e CSLL, a Companhia em 08 de julho de 2011 ingressou com mandado de Segurança para ter tal benefício através do Processo 0008571-70.2011.403.6105, sendo o valor da causa o montante de R\$ 16.491.

No dia 13 de julho de 2011 foi deferido o pedido de liminar determinando a exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores recebidos a título de juros de mora proveniente dos acréscimos legais das faturas inadimplidas referente aos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, mediante depósito integral e em dinheiro dos valores cobrados a esse título da impetrante.

Em 13 de setembro de 2011 foi denegada a segurança pleiteada após defesa apresentada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas. A Companhia em 19 de setembro de 2011 interpôs Embargos de Declaração e posteriormente recurso de apelação o qual aguarda ser julgado no Tribunal Regional da 3ª Região.

21 – RECEITA DIFERIDA

• Subvenções Governamentais

A Companhia obteve da União, no exercício de 2013, recursos no montante de R\$ 43.840 (R\$ 17.954 em 2012) oriundos do Orçamento Geral da União, destinados à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. As liberações desses recursos estão atreladas à aprovação das medições das obras pela Caixa Econômica Federal. Já do Governo do Estado (Secretaria do Meio Ambiente), a Companhia obteve recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) o valor de R\$ 1.070 (R\$ 1.071 em 2012). A liberação deste recurso está atrelada à aprovação do Cronograma físico-financeiro, planilha de orçamento e medições da obra pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). A Companhia contou também com recursos do Governo do Estado, oriundo do Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas (REAGUA) o montante de R\$ 490. Os encerramentos dessas obras e início de suas operações estão previstas no decorrer dos exercícios de 2014 e 2015. Segue, abaixo, a descrição dos principais investimentos e as origens dos recursos.

- a) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

São destinados a execução de ações relativas ao Programa de Intervenções em favelas (Saneamento Integrado), no Município de Campinas.

Notas Explicativas

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema de esgoto Viracopos	27.893	19.734	Dezembro de 2014
Subtotal	27.893	19.734	

Com o término das obras do Sistema de esgoto Parque Oziel e início de sua operação, o montante investido de R\$ 9.467 passou a ser apropriado ao resultado a partir de dezembro de 2010 visto que já foi concluída e está em operação.

Obra	2013	2012
Sistema de esgoto Viracopos (obra em andamento)	19.734	19.729
Sistema de esgoto Parque Oziel	8.006	8.476
Circulante	470	470
Não Circulante	27.270	27.735

b) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II.

Destinou-se à execução da obra da Estação de Tratamento do Capivari II, na região do Campo Grande, encerrada e entregue em abril de 2012 e já em operação. O montante dos recursos destinados a esta obra estão sendo reconhecido no resultado na proporção da vida útil estimada dos seus bens imobilizados

Obra	2013	2012
ETE Capivari II	54.664	58.418
Circulante	3.753	3.753
Não Circulante	50.911	54.665

c) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Capivari II (2º módulo).

Destina-se à execução da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II – 2º módulo, no Município de Campinas, no âmbito do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Ação e Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
ETE Capivari II (2º módulo)	93.452	52.726	Junho de 2015
Circulante	-	-	
Não Circulante	-	52.726	

d) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Tem a finalidade de transferir recursos financeiros da União para execução de obras de apoio à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, na região do aeroporto de Viracopos, no município de Campinas. Estes recursos começaram a ser apropriados ao resultado a partir de outubro de 2011, tendo em vista que as obras já foram encerradas e está em operação.

Obra	2013	2012
Sistema de água na região de Viracopos	3.861	3.941
Circulante	81	81
Não Circulante	3.780	3.860

e) Recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ).

Destina-se a transferir recursos financeiros do consórcio PCJ para a execução das obras de substituição de redes de

Notas Explicativas

água e esgotamento sanitário em bairros de Campinas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim	9.518	2.499	Setembro de 2014
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV	4.654	2.755	Março de 2014
Troca de redes de água Vila Joaquim Inácio	4.329	1.188	Abril de 2014
Troca de redes de água Jardim das Oliveiras	4.218	193	Outubro de 2014
Subtotal	22.719	6.635	

As obras de troca de rede de água das regiões do bairro Castelo Branco Liceu/Chapadão e Jardim Leonor e do sistema de esgoto do Bairro Santa Cândida foram encerradas, e estão operando normalmente. Já os recursos governamentais destinados a estes investimentos estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao tempo de vida útil destes imobilizados (sistema de água 50 anos e sistema de esgoto 25 anos).

Obra	2013	2012
Estação de Tratamento de Esgoto San Martim (Obra em andamento)	2.499	2.499
Estação de Tratamento de Lodo das ETA's III e IV (Obra em andamento)	2.755	2.277
Substituição de Rede de Água Vila Joaquim Inácio (Obra em andamento)	1.188	-
Troca de redes de água Liceu – Chapadão	2.069	1.893
Troca de redes de água Cruzeiro – Jardim Leonor	1.692	1.540
Sistema de esgoto Bairro Santa Cândida	1.466	1.534
Troca de rede de água do Bairro Castelo Branco	1.662	1.698
Troca de rede de água do Jardim das Oliveiras (Obra em andamento)	193	-
Circulante	181	104
Não Circulante	13.343	11.337

- f) Recursos do Orçamento da União (OGU) e Programa de aceleração do Crescimento (PAC) Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté.

Destina-se à execução da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II Taubaté 1ª Etapa, no Município de Campinas, no âmbito do Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Ação e Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Sistema Esgotamento Sanitário Taubaté	17.642	2.924	Outubro de 2014
Subtotal	17.642	2.924	
Obra	2013	2012	
Sistema Esgotamento Sanitário Capivari II – Taubaté – 1ª Etapa	2.924	-	
Circulante	-	-	
Não Circulante	2.924	-	

- g) Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Notas Explicativas

Destina-se a transferir recursos financeiros oriundos do Tesouro Estadual, disponibilizados pela Lei Orçamentária Estadual à Secretaria de Meio Ambiente (SMA), em obras de preservação do meio-ambiente.

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação	550	545	Fevereiro de 2014
Sistema de esgotamento sanitário Santa Bárbara	4.230	2.113	Março de 2014
Desenvolvimento de análise de amostra água bruta	340	280	Julho de 2014
Substituição de Rede de Água Chapadão	4.606	646	Dezembro de 2015
Subtotal	9.726	3.584	

Com o termo de entrega definitivo aprovado em 02 de março de 2012, as obras de troca de rede de água do Bairro Proença foram encerradas, com isso, o total investido de R\$ 2.344 passou a ser apropriado ao resultado.

Obra	2013	2012
Troca de rede de água do Bairro Proença	2.258	2.305
Circulante	47	47
Não Circulante	2.211	2.258

As obras da Estação de Tratamento de Esgoto do Bosque das Palmeiras foram concluídas e definitivamente entregue à Companhia em maio de 2012, desta forma o montante liberado de FEHIDRO, passou a ser reconhecido no resultado mensalmente.

Obra	2013	2012
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bosque das Palmeiras	1.092	1.144
Circulante	51	51
Não Circulante	1.041	1.093

- h) O recurso do Governo do Estado, através de sua Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, destinado à implantação de ações de uso racional da água no âmbito do Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Água – REÁGUA.

h.1.) REÁGUA – Escola:- Destina-se à implantação de ação de “Uso Racional da Água em 100 (cem) unidades educacionais do Município de Campinas”

Obra	2013	2012
REÁGUA - Escolas	255	-
Circulante	36	-
Não Circulante	219	-

h.2.) REÁGUA – Troca de redes de água Jardim Nova Europa:- Destina-se à implantação da ação de “Controle e Redução de Perdas no Município de Campinas”

Obra	Recurso	Valor liberado	Data de Término
Troca de redes de água – Jardim Nova Europa	3.281	458	Setembro de 2014
Subtotal	3.281	458	

- i) O recurso do Governo do Estado para a construção da ETE Barão Geraldo, no montante de R\$ 2.416, passou a ser apropriado ao resultado, a partir de setembro de 2009, visto que a obra da ETE foi concluída e já está operando.

Notas Explicativas

Obra	2013	2012
ETE Barão Geraldo	1.779	2.071
Circulante	146	146
Não Circulante	1.633	1.925

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de obras em andamento. Foi também reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual será apropriado ao resultado quando a obra estiver concluída e entrar em operação, em bases lineares proporcionais ao período de depreciação desses investimentos. Em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 4.945 (R\$ 3.041 em 2012), contra outras despesas/receitas operacionais.

22 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**a) Capital social subscrito e integralizado**

O capital social é composto de 397.507.089 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2013 (355.982.688 ações em 31 de dezembro de 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 26 de abril de 2013, os Acionistas autorizaram a Companhia a aumentar o seu capital social com a utilização de reservas de capital e lucros. Os recursos para o aumento foram decorrentes da capitalização de R\$ 35.513 da reserva de lucros retidos para investimentos, R\$ 3.041 da reserva de incentivo governamental, R\$ 2.921 da reserva legal de 2012 e de R\$ 49 da reserva de Correção Especial (Lei nº 8.200/91), realizada em 2012, perfazendo o total de R\$ 41.524.

ACIONISTA	Quantidade de Ações	Participação
Prefeitura Municipal de Campinas	397.473.907	99,991651900%
COHAB	6.635	0,001669200%
EMDEC	6.635	0,001669200%
SETEC	6.635	0,001669200%
Lauro Pércles Gonçalves	6.635	0,001669200%
Ozair Rizzo	6.635	0,001669200%
Hamilton Bernardes Junior	1	0,000000300%
Arly de Lara Romêo	1	0,000000300%
Pedro Cláudio da Silva	1	0,000000300%
Silvio Roberto Bernardin	1	0,000000300%
Ivan Ney Passos Lima	1	0,000000300%
Wanderley de Almeida	1	0,000000300%
Fernando Felipe Franco	1	0,000000300%
TOTAL	397.507.089	100,000000000%

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

Abaixo, demonstramos o cálculo da remuneração dos acionistas:

	2013	2012 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	18.307	58.420
(-) Ajuste IRPJ e CSLL	(3.056)	-
(-) Reserva legal	(763)	(2.922)
(-) RTT – Regime Tributário de Transição-MP 449/08	(6.928)	-
(-) Reserva de incentivos governamentais	(4.945)	(3.041)
Base de cálculo dos dividendos	2.615	52.457
Dividendos mínimos (6%) a pagar	157	3.147
Parcela Juros de Capital Próprio a pagar	4.543	16.852
Total dos dividendos distribuídos	4.700	19.999

Notas Explicativas

Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram registrados como despesas financeiras como determina a legislação fiscal. Contudo, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, esses valores foram reclassificados como distribuição de lucro do exercício, mesmo tratamento contábil dos dividendos.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será realizado até o final do exercício social de 2014, sendo que a efetiva data de pagamento será determinada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Para a apuração dos dividendos mínimos obrigatórios foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, conforme estabelece a Medida Provisória (MP) 627, de 11 de novembro de 2013.

c) Lucro por ação Básico e Diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no exercício de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o exercício de 2012, conforme quadro abaixo:

	Básico	
	2013	2012 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	18.307	58.420
Média ponderada de ações	387.126	341.392
	<u>0,0473</u>	<u>0,1711</u>

	Diluído	
	2013	2012 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	18.307	58.420
Média ponderada de ações	387.126	341.392
	<u>0,0473</u>	<u>0,1711</u>

d) Reservas de lucros

- **Reserva Legal**

É constituída com base em 5% do lucro líquido apurada em cada exercício social, nos termos da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

23 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As informações abaixo representam a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

Descrição	2013	2012
Receita Bruta Fiscal		
Abastecimento de água e saneamento	572.470	535.860
Prestação de serviços	30.023	21.300
Redes de água e esgoto	7.910	7.298
	610.403	564.458
Descontos, Retificações e Devoluções	(47.603)	(47.486)
Contribuições Sobre Vendas e Serviços	(23.241)	(21.408)
Total Receita Líquida de Vendas e Serviços	539.559	495.564

Notas Explicativas

24 – RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2013	2012
Receitas financeiras		
Juros ativos	352	406
Juros de mora sobre arrecadações	3.949	5.299
Variações monetárias de arrecadações	3.279	2.569
Rendimentos de aplicações financeiras	1.619	3.088
Descontos obtidos	15	2.013
Outras	3.504	157
Ajuste a valor presente	2.066	2.685
Totais das receitas financeiras	14.784	16.217
Despesas financeiras		
Juros passivos	(26.135)	(27.860)
Variações monetárias passivas	(2.219)	(3.679)
Juros – encargos sociais e fiscais	(820)	(362)
Descontos concedidos	(4.487)	(10.184)
Despesas de financiamento	(2.081)	(7.594)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros	-	(140)
Totais das despesas financeiras	(35.742)	(49.819)
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(20.958)	(33.602)

25 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2013	2012
Outras receitas		
Recuperação de perdas de credores duvidosos	4.191	11.426
Subvenções Governamentais	4.945	3.041
Mudança do Benefício Pós Emprego ^(a)	2.378	50.352
Sem par conta corrente	1.753	1.747
Termos de autorização de uso	941	1.981
Multas contratuais	475	571
Outros	1.353	741
Totais outras receitas	16.036	69.859
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado	(257)	(84)
Totais das outras despesas	(257)	(84)
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	15.779	69.775

- a) Decorrente da substituição do benefício pós-emprego de indenização por aposentadoria de 6 (seis) salários mais o valor equivalente à multa de 40% (quarenta) sobre o saldo do FGTS, pela implementação do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) para um grupo restrito de 184 funcionários que, até 30 de abril de 2014, sejam elegíveis à aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade e possuam tempo de serviço na SANASA de no mínimo 5 anos. A indenização do PAI é composta de 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, além do valor equivalente à multa de 40% (quarenta) sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Notas Explicativas

26 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Demonstração dos impostos e contribuições a recolher.

	Tributos	
	2013	2012 (reapresentado)
Obrigações Fiscais Federais		
Imposto de renda	4.620	4.822
Contribuição social	135	799
Cofins	4.784	4.651
Pasep	1.038	1.009
Imposto de renda retido na fonte	3.865	3.338
Cofins parcelado	1.026	2.632
Pasep parcelado	223	571
Contribuição social parcelado	334	761
Outros	186	154
Total	16.211	18.737
Obrigações Fiscais Municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	424	317
FUNDAP	468	447
Total	892	764
Total Obrigações Fiscais	17.103	19.501
Circulante	17.103	17.964
Não circulante	-	1.537

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

Demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	20.194	67.141
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal (*)	(1.818)	(6.042)
- Parcela do lucro realizado com órgãos públicos	(476)	(1.476)
- Doações e despesas dedutíveis	(335)	(154)
- Excesso de juros de capital próprio	(123)	(61)
- Reserva especial realizada	(3)	(5)
- Subvenções governamentais	445	273
- Juros de capital próprio	423	1.800
- IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	(3.056)
Contribuição social - Receita (Despesa) Efetiva	(1.887)	(8.721)
Alíquota Efetiva	-9,34%	-12,99%
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente (*)	(1.365)	(3.698)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido (*)	(522)	(5.023)

Obs:

Notas Explicativas

(*) O imposto de renda foi calculado apenas sobre o lucro apurado até fevereiro de 2009 em virtude do processo da imunidade tributária obtida através do Agravo de Instrumento emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

27 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

31 de Dezembro de 2013				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.586	-	-	1.586
Aplicações financeiras	15.251	-	-	15.251
Contas a receber de clientes	-	119.112	-	119.112
Passivo				
Financiamentos	-	-	188.560	188.560
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	56.381	56.381
Fornecedores	-	-	31.727	31.727
Total	16.837	119.112	276.668	412.617

31 de Dezembro de 2012				
	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	1.978	-	-	1.978
Aplicações financeiras	10.761	-	-	10.761
Contas a receber de clientes	-	115.299	-	115.299
Passivo				
Financiamentos	-	-	192.604	192.604
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	57.694	57.694
Fornecedores	-	-	19.302	19.302
Total	12.739	115.299	269.600	397.638

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas,

Notas Explicativas

bem como para o grupo de Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia, valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1)– Instrumentos Financeiros – Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31 de Dezembro de 2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.586	-	1.586
Aplicações financeiras	-	15.251	-	15.251
Total	-	16.837	-	16.837

31 de Dezembro de 2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	1.978	-	1.978
Aplicações financeiras	-	10.761	-	10.761
Total	-	12.739	-	12.739

As operações da SANASA estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a SANASA adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, no valor de R\$ 119.112 em 2013 e R\$ 115.299 em 2012 e a idade dos vencimentos estão apresentados na nota explicativa nº 7. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 20.679 (com as maiores incidências nas categorias: a) residencial das ligações coletivas de núcleos residenciais e favelas em 34,5% e b) na categoria comercial com os hospitais em 30,1%) representando 14,8% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 19.044, equivalentes a 14,2%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a SANASA monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, e financiamentos.

O quadro abaixo representa o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Notas Explicativas

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos	13.336	7.969	3.053	2.690	2.809	21.428
Empréstimos	-	30.568	21.818	21.818	12.728	43.591
Finame	2.495	1.538	1.410	1.309	-	-
Total	15.831	40.075	26.281	25.817	15.537	65.019

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A SANASA está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários					
				Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				℥	Valor	℥	Valor	℥	Valor
Instrumentos financeiros ativos	15.251	variação CDB/CDI	3,78	3,78	1.431	12,22	1.864	14,67	2.237
Instrumentos financeiros passivos	(41.053)	variação da TR	0,59	0,59	(3.572)	0,74	(3.636)	0,89	(3.704)
Instrumentos financeiros passivos	-	variação do INPC	5,56	0,41	-	0,51	-	0,61	-
Instrumentos financeiros passivos	(1.206)	variação da TJLP	5,00	5,00	(157)	6,25	(173)	7,50	(189)
Instrumentos financeiros passivos	(145.391)	variação do CDI	3,78	3,78	(20.874)	12,22	(24.580)	14,67	(28.308)
Instrumentos financeiros passivos	(5.545)	sem risco (BNDES)	-	-	(140)	-	(140)	-	(140)
Total	(178.545)	***	***	***	(23.252)	***	(26.665)	***	(30.104)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários					
				Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				℥	Valor	℥	Valor	℥	Valor
Instrumentos financeiros ativos	15.251	variação CDB/CDI	3,78	3,78	1.431	7,33	1.118	4,89	746
Instrumentos financeiros passivos	(41.053)	variação da TR	0,59	0,59	(3.572)	0,45	(3.508)	0,30	(3.442)
Instrumentos financeiros passivos	-	variação do INPC	5,56	0,41	-	0,31	-	0,20	-
Instrumentos financeiros passivos	(1.206)	variação da TJLP	5,00	5,00	(157)	3,75	(138)	2,50	(123)
Instrumentos financeiros passivos	(145.391)	variação do CDI	3,78	3,78	(20.874)	7,33	(18.932)	4,89	(16.993)
Instrumentos financeiros passivos	(5.545)	sem risco (BNDES)	-	-	(140)	-	(140)	-	(140)
Total	(178.545)	***	***	***	(23.252)	***	(21.600)	***	(19.952)

Fonte:

CDI / INPC – Banco Central do Brasil

TR / TJLP – Fontes internas da Companhia e externas de mercado

Notas Explicativas

29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Liquidação de Financiamento: Em 18 de fevereiro de 2014 foram liquidados os contratos de financiamento de programas de Pró-saneamento nº 20/308.074-4, 20/308.071-0 e 20/308.067-8, firmados junto ao Banco Itaú Unibanco S/A, no montante de R\$ 1.901.079,78 (nota explicativa nº 15).

b) Acordo de Quitação da Dívida com a Irmandade de Misericórdia de Campinas: Em 27 de fevereiro de 2014 foi lavrada a Escritura de Venda e Compra do imóvel onde se localiza a Sede da Companhia, no valor venal total de R\$ 50.336.039,97, em função de um Termo de Acordo firmado entre a SANASA (outorgante compradora) e a Irmandade de Misericórdia de Campinas (outorgante vendedora) que dá quitação geral e irrevogável ao Instrumento Particular de Promessa Condicional de Venda Compra nº 1.426/91, assinado em 07 de março de 1991 (nota explicativa nº 16).

Notas Explicativas

DIRETORIA EXECUTIVA

Arly de Lara Romêo

Diretor Presidente

Pedro Cláudio da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio dos Santos

Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza

Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior

Diretor Administrativo

Antonio Moreira Franco Junior

Gerente de Controladoria

Jean Carlos Pereira

Coordenador do Setor de Contabilidade
Societária
Contador – 1SP180441/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

a) Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório datado de 15 de março de 2013, sem modificação.

AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP
ROGÉRIO WECH ADRIANO
CONTADOR CRC/RS 045525/O-3 'T' SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas, elaboradas de acordo com a legislação vigente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e seu comparativo com o exercício social de 2012, compostas pelo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Audilink & Cia Auditores. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, datado de 28 de fevereiro de 2014, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal entende que tais documentos e a proposta de destinação do lucro líquido, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem submetidas à apreciação e à aprovação dos Acionistas da Sociedade, em Assembleia Geral Ordinária.

Campinas, 21 de março de 2014.

LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA

WILLIAM RONDINI

CELSO LAPA VETTORI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SANASA do exercício social indo em 31 de dezembro de 2013.

Campinas, 21 de março de 2014.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os Diretores da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida da Saudade, nº 500, Bairro Ponte Preta, Campinas – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.119.855/0001-37, declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Audilink & Cia Auditores, relativamente às demonstrações contábeis da SANASA do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Campinas, 21 de março de 2014.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente

Marco Antônio dos Santos
Diretor Técnico

Luiz Carlos de Souza
Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior
Diretor Administrativo

Pedro Cláudio da Silva
Diretor Financeiro e de Relações Com Investidores